

Relatório da Administração

Relatório da Administração: Prezados Senhores Acionistas, Submetemos à vossa apreciação em cumprimento às disposições legais e estatutárias as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31/12/2025, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis-CPC quando referendadas pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP. As referidas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas segundo os critérios estabelecidos pela Circular SUSEP nº 648/2021, e alterações posteriores, e acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes. Autorizada a operar no mercado brasileiro de seguros, a NEWE foi concedida no dia 16/01/2017. O patrimônio líquido em 31/12/2025 da NEWE é de R\$78,8 milhões. *Prêmios emitidos:* Os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2025 R\$ 161,8 milhões, com aumento de R\$ 32,2 milhões ou 24,9% em relação ao exercício de 2024. No Rural, os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2025, o saldo de R\$58,2 milhões (R\$83,7 milhões em 31/12/2024), a redução foi diretamente impactada pela redução do orçamento público na verba de subvenções do Programa do Seguro Rural. Em Riscos Financeiros, os prêmios emitidos totalizaram em 31/12/2025, o montante de R\$86,8milhões (R\$42,1 milhões em 31/12/2024), o aumento de 105,78% que ocorreu essencialmente devido a uma nova estratégia de crescimento adotado para os próximos anos em linhas financeiras. Em 2025 a Seguradora avançou com os ramos de Responsabilidade e Patrimonial com emissões de R\$16,7 milhões. *Sinistralidade:* Em 31 de dezembro 2025, a sinistralidade média apresentou índice de 106,81%, um aumento de 21,26 pontos em relação ao exercício anterior. A sinistralidade do exercício ainda está impactada pelas discussões dos sinistros judiciais ocorridos em safas anteriores, relacionadas ao fenômeno La Niña. Esse fenômeno é marcado pelo baixo volume de precipitação notadamente no Sul do país e foi responsável pelas perdas catastróficas ocorrida na Safra Verão 2021/2022. Em decorrência disso e seguindo seu ciclo de aprimoramento da metodologia de provisão de sinistros judiciais, a Seguradora implementou, em 2025, novas mudanças em sua metodologia, em especial: (i) ajuste estratégico na metodologia de atualização dos valores provisionados, refinando o cálculo de juros e correção monetária; e (ii) análise da especificidade do assunto de cada processo, permitindo uma análise granular das teses jurídicas envolvidas; e (iii) considerar de forma mais rigorosa as fases e a maturidade dos processos. Essa elevação no montante provisionado proporciona maior segurança, fortalece a solvência da Seguradora e reduz a exposição a surpresas financeiras, garantindo que o balanço patrimonial esteja devidamente protegido contra as eventuais obrigações futuras estimadas. Em complemento, a Seguradora realizou, em 2025, a reestruturação da área de sinistros, com impactos positivos na eficiência dos processos de análise e na qualidade das estimativas, particularmente no ramo de Riscos Financeiros, contribuindo para melhora da sinistralidade no ramo. Adicionalmente, em relação a PSL Judicial e IBNER, do saldo de R\$ 163,3 milhões refere-se

a sinistros judiciais de 2021, esse valor corresponde a 26% do valor atualizado em 31/12/2025 (8% no mesmo período de 2024). *Despesas administrativas:* Em 31 de dezembro 2025, as despesas administrativas totalizaram R\$39,1 milhões, em 2024 o saldo foi de R\$ 32,9 milhões, apresentando um aumento de R\$ 6,2 milhões (18,74%). A Seguradora apresentou um índice das despesas administrativas em relação aos prêmios emitidos em 2025 de 24,2% (25,4% em 2024). *Resultado financeiro:* O resultado financeiro totalizou em 31/12/2025 R\$9,6 milhões, aumento de R\$ 3,2 milhões ou 42% em relação ao mesmo exercício do ano anterior. A taxa SELIC ao longo de 2025, apresentou uma variação (12,25% a.a. para 15% a.a.) passando, porém, por uma média aproximada de 10,92% em 2024 e 14,5% em 2025. Adicionalmente, em 2025 a Seguradora continuou realizando acordos judiciais que variaram as aplicações financeiras durante o ano, entretanto isso não impactou a rentabilidade dos investimentos tendo em vista a crescente da taxa Selic. A política de investimentos da Neve Seguros S.A. tem como premissa básica a preservação do capital e a estabilidade das receitas financeiras, dessa forma, as aplicações para a cobertura de provisões técnicas são feitas prioritariamente, diretamente ou via fundos de investimentos, em títulos do Tesouro Nacional. *Resultado do Exercício:* Em 31/12/2025, a Seguradora registrou lucro de R\$ 148 mil, representando uma variação positiva de R\$ 7,6 milhões em relação ao exercício anterior, equivalente a um aumento superior a 102% . Esse desempenho foi impactado positivamente, de forma pontual e não recorrente, pelos efeitos da operação de commutation celebrada em dezembro de 2025, que resultou no recebimento de R\$ 38 milhões e no reconhecimento do correspondente efeito econômico no resultado técnico, decorrente da extinção definitiva de obrigações futuras de resseguro. Ainda assim, o resultado do exercício permanece influenciado pelos impactos das perdas catastróficas associadas aos eventos climáticos ocorridos na safra de verão de 2021. *Declaração de capacidade financeira:* Em atendimento à Circular SUSEP nº 648/2021, de 12/11/2021, e alterações posteriores, a Neve declara vincular 100% das aplicações financeiras no montante de R\$ 138,4 milhões. A Seguradora, em 31/12/2025 apresentou suficiência de ativos garantidores oferecidos para cobertura das provisões técnicas no montante de R\$ 38,9 milhões. A administração da NEWE Seguros S.A. fomenta o Programa de Controles Internos da Seguradora e reforça o cumprimento do Código de Conduta em todos os níveis, como parte de seu compromisso com as boas práticas de governança e transparência na condução de seus negócios e dos interesses de clientes, parceiros, colaboradores e acionistas. A NEWE Seguros S.A. agradece a SUSEP e demais autoridades do setor. As Sociedades Resseguradoras e Corretores de Seguro. A Seguradora agradece a confiança e parceria nos negócios e operações realizados e, aproveita também, para agradecer aos nossos colaboradores por sua dedicação e desempenho para o cumprimento dos objetivos da Seguradora. Rio de Janeiro, 20/02/2026.

A Administração.

Balanço patrimoniais em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais)				
Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Circulante		518.692	348.974	
Disponível		993	972	
Caixa e bancos	5	933	908	
Equivalentes de caixa	5	60	64	
Aplicações	6	138.445	104.461	
Créditos das operações com seguros e resseguros		133.691	67.526	
Prêmios a Receber	7.1	75.273	43.193	
Operações com resseguradoras	7.2	55.226	23.270	
Operações com seguradoras	7.5	2.681	552	
Outros Créditos Operacionais		511	511	
Títulos e créditos a receber		12.203	10.383	
Créditos a receber	8.3	10.206	9.866	
Créditos tributários e previdenciários	8.1	87	12	
Outros créditos		1.910	505	
Despesas antecipadas		56	304	
Custos de aquisição diferidos	9	16.718	13.234	
Seguros		16.718	13.234	
Ativos de resseguro e retrocessão	14.1	216.586	152.093	
Realizável a longo prazo		85.806	59.122	
Créditos das operações com seguros e resseguros		80.935	54.476	
Prêmios a Receber	7.1	5.003	3.777	
Ativos de contratos de resseguro	14.1	33.200	18.246	
Títulos e créditos a receber		25.696	23.189	
Créditos tributários e previdenciários	8.1	23.960	22.970	
Outros créditos operacionais		649	219	
Depósitos Judiciais e Fiscais	17.3	1.087	-	
Custos de aquisição diferidos	9	17.036	9.264	
Seguros		17.036	9.264	
Imobilizado	10	624	626	
Bens móveis		530	471	
Outras imobilizações		94	155	
Intangível	11	4.247	4.020	
Total do ativo		604.498	408.096	
Passivo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Circulante		478.259	310.822	
Contas a pagar		3.612	2.160	
Obrigações a pagar	12.1	601	543	
Impostos e encargos sociais a recolher	12.2	1.520	846	
Encargos trabalhistas	12.3	966	686	
Impostos e contribuições	12.4	175	85	
Outras contas a pagar	12.5	349	-	
Débitos de operações de seguros e resseguros		178.711	103.349	
Prêmios a restituir	13.3	-	2.553	
Operações com Seguradoras	13.4	9.242	4.563	
Operações com Resseguradoras	13.1	150.847	87.836	
Corretores de seguros e resseguros	13.2	18.622	8.397	
Depósitos de terceiros	15	2.902	8.095	
Provisões técnicas	14.2	293.034	197.217	
Danos		293.034	197.217	
Passivo não circulante		64.819	36.003	
Provisões técnicas	14.2	64.819	36.003	
Danos		64.819	36.003	
Patrimônio líquido		61.420	61.272	
Capital social	18	78.849	78.849	
Aumento de capital		-	-	
Reserva Legal		-	-	
Prejuízos acumulados		(17.429)	(17.577)	
Total do passivo e patrimônio líquido		604.498	408.096	
Demonstrações de resultados Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Prêmios emitidos líquidos	20	161.816	129.566	
Variações das provisões técnicas de prêmios	20	(35.062)	(16.061)	
Prêmios ganhos	20	126.754	113.505	
Sinistros ocorridos	21.1	(135.382)	(97.105)	
Custos de aquisição	21.2	(21.087)	(16.978)	
Outras receitas e despesas operacionais	21.3	(2.451)	(563)	
Resultado com resseguro	21.4	63.262	18.019	
Receita com resseguro		101.371	85.717	
Despesa com resseguro		(78.072)	(62.468)	
Outros resultados com resseguros		39.963	(5.230)	
Despesas administrativas	21.5	(39.105)	(32.933)	
Despesas com tributos	21.6	(1.003)	(2.920)	
Resultado financeiro	21.7	9.572	6.404	
Receitas financeiras	21.7	40.161	11.002	
Despesas financeiras	21.7	(30.589)	(4.598)	
Resultado operacional		560	(12.572)	
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		40	-	
Resultado antes dos impostos e participações		600	(12.572)	
Imposto de renda corrente	22	(271)	3.149	
Contribuição social corrente	22	(181)	1.889	
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício		148	(7.534)	
Quantidade de ações		107.451.562	107.451.562	
Lucro líquido/(Prejuízo) por ação (em R\$)		0,00	(0,07)	

Demonstrações de resultados abrangentes Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)				
	31/12/2025	31/12/2024		
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	148	(7.534)		
Total do resultado abrangente do exercício	148	(7.534)		
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)				
	Capital social	Aumento de capital em	Prejuízos	Total
	subscrito	aprovação	acumulados	
Saldos em 31/12/2023	18	70.149	8.700	(10.043) 68.806
Aprovação de Capital-Portaria Susep 8.159/24		8.700	(8.700)	
Prejuízo do exercício		-	-	(7.534) (7.534)
Saldos em 31/12/2024	18	78.849	-	(17.577) 61.272
Lucro líquido do exercício		-	-	148 148
Saldos em 31/12/2025	18	78.849	-	(17.429) 61.420

Demonstrações dos fluxos de caixa (Método Indireto) Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)				
	Nota	31/12/2025	31/12/2024	
Atividades operacionais				
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício			148	(7.534)
Ajustes para:			(4.327)	3.093
Depreciação e amortização	10 e 11		1.995	1.843
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	7.3		(2.967)	(895)
Provisões técnicas-IBNR	14.2		(19.521)	10.992
Ativos Resseguro-IBNR	14.1		16.166	(8.847)
Variação das contas patrimoniais:			6.420	5.514
Ativos financeiros	6.1		(33.984)	(29.852)
Partes Relacionadas	24		265	(184)
Créditos das operações	7.1		(64.424)	(8.026)
Ativos de resseguro	14.1		(95.612)	(7.442)
Créditos tributários e previdenciários	8.1		1.065	(4.750)
Depósitos Judiciais	17.3		(1.087)	-
Outros ativos			(2.288)	(3.667)
Custo de aquisição diferido	9.1		(11.256)	(3.258)
Fornecedores e outras contas a pagar			503	(224)
Impostos e contribuições	12.4		1.045	(31)
Débitos das operações	13		75.363	41.158
Provisões técnicas-seguros	14.2		144.153	14.118
Depósitos de Terceiros	15		(5.194)	7.673
Caixa gerado pelas operações			2.093	8.607
Atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	10		(263)	(184)
Aquisição de intangível	11		(1.957)	(1.400)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento			(2.220)	(1.584)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5		21	(510)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício			972	1.482
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício			993	972

Notas explicativas às demonstrações financeiras

1 Contexto operacional: A NEWE Seguros S.A. (doravante denominada por "NEWE" ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Rio Branco, nº 1, conjunto 806-parte, Centro, Rio de Janeiro-RJ. Seu controle acionário, em 31/12/2025, pertence a CBM Participações S.A., com 100,00% de participação societária nas ações ordinárias. Em 16/01/2017, foi publicada a Portaria Susep nº 6.780, de 12/01/2017, através da qual a Superintendência de Seguros Privados concedeu à NEWE Seguros autorização para operar seguros de danos e pessoas em todo o território nacional. Em 29/06/2023, a SUSEP homologou o aumento de capital do primeiro aporte de R\$10,4 milhões e reserva de ágio de R\$11,2 milhões da entrada do novo acionista, o fundo de investimento Insuresilience Investment Fund Private Equity II SCA SICAV RAIF (doravante denominada por "Insuresilience Investment") ocorrido no dia

15/12/2022. Em 29/06/2023 foi aprovado ainda a capitalização da Seguradora mediante subscrição particular convertendo todas as ações dos sócios para a CBM participações S.A., passando a possuir 100% da participação da Neve. Em 18/07/2023 ocorreu um novo aporte no valor de R\$ 8,7 milhões de aumento de capital, a qual foi homologada pela SUSEP em 3/01/2024. A NEWE Seguros tem como objeto social todas as atividades necessárias ao desenvolvimento das operações de seguros em todos os ramos autorizados e participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista. **2 Apresentação das demonstrações financeiras e base de preparação:** **2.1 Declaração de conformidade e base de preparação/apresentação:** Em consonância à Circular SUSEP nº 648 e as alterações posteriores, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. As referidas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios. A emissão dessas demonstrações financeiras da Seguradora foi aprovada pela diretoria em 20/02/2026. **2.2 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, que são mensurados ao valor justo por meio do resultado: **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Seguradora utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação. Os respectivos ativos e passivos monetários são atualizados pela variação da taxa de câmbio até a data de liquidação ou reporte. As variações cambiais resultantes são reconhecidas no resultado do período em que surgirem. **2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** A preparação das demonstrações financeiras da Seguradora é realizada em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela SUSEP, compreendendo os Pronunciamentos Técnicos do CPC referendados pela SUSEP, o Plano de Contas das Seguradoras-PCSU e as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em especial a Circular SUSEP nº 678/2022. A elaboração dessas demonstrações financeiras requer que a Administração exerça julgamentos, utilize estimativas e adote premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reconhecidos de ativos, passivos, receitas e despesas. Tais estimativas envolvem, por sua natureza, incertezas relevantes, especialmente no que se refere à mensuração das provisões técnicas e à realização de ativos fiscais diferidos, podendo os resultados efetivos diferir daqueles estimados. As estimativas e premissas adotadas são continuamente revisadas pela Administração, com base em informações atualizadas, experiência histórica, pareceres técnicos e expectativas razoáveis quanto a eventos futuros. As revisões de estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente no exercício em que ocorrem e, quando aplicável, nos exercícios futuros afetados, em conformidade com o CPC 23-Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. As notas explicativas a seguir contemplam os principais julgamentos críticos, premissas e incertezas que possuem risco significativo de resultar em ajustes materiais nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras no próximo exercício social: **• Nota Explicativa 6-Instrumentos Financeiros,** incluindo critérios de classificação, mensuração e avaliação de risco de crédito; **• Nota Explicativa 7.1-Redução ao Valor Recuperável de Prêmios a Receber,** com base nos termos da Circular SUSEP nº 678/2022, Artigo 137. **• Nota Explicativa 8.1-Realização dos Créditos Tributários,** com base em projeções de resultados tributáveis futuros, nos termos do CPC 32 e da Circular SUSEP nº 678/2022; **• Nota Explicativa 8.3-Redução ao Valor Recuperável de Ressarcimentos a Receber,** com base nas políticas internas da companhia. **• Nota Explicativa 11-Ativos Intangíveis,** incluindo testes de recuperabilidade; **• Nota Explicativa 14-Provisões Técnicas,** abrangendo a Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), PSL Judicial, Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR), Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Suficientemente Avisados (IBNER), bem como o Teste de Adequação de Passivos (TAP), aplicado conforme regulamentação vigente da SUSEP; **• Nota Explicativa 16-Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes,** com destaque para as premissas relacionadas à probabilidade e magnitude das saídas de recursos. Esses julgamentos e estimativas refletem as melhores informações disponíveis na data de elaboração das demonstrações financeiras e estão alinhados à governança corporativa, às práticas atuais e contábeis aplicáveis e às exigências regulatórias da SUSEP. **3 Principais políticas contábeis materiais:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente para ambos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras. **3.1 Caixa e equivalente de caixa:** A Seguradora considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos de depósitos bancários sem vencimento, utilizados para atender obrigações de curto prazo, com vencimento inferior a 90 dias, contados a partir da data de aquisição. Esses ativos apresentam risco insignificante de mudança do valor justo e são monitorados pela Seguradora para o gerenciamento de seus compromissos no curto prazo e estão representados pela rubrica "caixa e bancos". **3.2 Instrumentos financeiros:** A Seguradora pode classificar seus ativos financeiros em uma das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR), ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). A Seguradora pode classificar seus passivos financeiros nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os instrumentos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial. A classificação entre as categorias é definida com base no modelo de negócios da Seguradora para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa destes ativos. **3.2.1 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Esses ativos são classificados como mantidos para negociação ou designados dessa forma no reconhecimento inicial. São mensurados pelo valor justo, com mudanças no valor justo (incluindo juros e dividendos) reconhecidas diretamente no resultado. Custos de transação são também registrados no resultado, e esses ativos são classificados no ativo circulante, independentemente do vencimento. **3.2.2 Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Esses ativos são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescido de custos de transação. Mudanças no valor justo, excluindo juros, perdas ou diferenças cambiais, são registradas em outros resultados abrangentes. Ganhos acumulados são reclassificados ao resultado no desreconhecimento, exceto para instrumentos de capital, que permanecem no patrimônio. **3.2.3 Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São ativos mantidos para receber fluxos de caixa contratuais. Inicialmente reconhecidos pelo valor justo mais custos de transação, são mensurados pelo custo amortizado, ajustados por juros efetivos e perdas por redução ao valor recuperável. **3.2.4 Determinação do valor justo:** Valor justo dos ativos financeiros é o montante pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes conhecidas e empenhadas na realização de uma transação justa de mercado na data de balanço. O valor justo das aplicações em fundos de investimentos foi registrado com base nos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Ativos com valores divulgados em domínio público como Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e pela B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão tiveram seu valor justo de acordo com a divulgação dessas fontes. O valor justo de ativos financeiros não cotados em mercados ativos é calculado através de técnicas e/ou metodologias de valorização apropriadas, tais como: uso de recentes transações de mercado; referência ao valor justo de outro instrumento que seja substancialmente similar; fluxo de caixa descontado; e/ou modelos específicos de precificação utilizados pelo mercado. A Seguradora não opera diretamente em derivativos, exceto através de seus fundos de investimentos com o objetivo de proteção à exposição da carteira (hedge), se necessário. **3.3 Recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros (impairment): Ativos financeiros não-derivativos:** Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. **• Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:** **• Inadimplência ou atrasos do devedor;** **• Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;** **• Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;** **• Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;** **• Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras;** ou **• Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.** **3.4 Operações de seguros e resseguros:** Tendo como referência a Circular SUSEP nº 648, e alterações posteriores, a Seguradora possui metodologia para reconhecer uma Redução ao Valor Recuperável-RVR: **• Dos prêmios a receber com base na perda histórica para prêmios emitidos, constituindo 0,36% no ramo rural, 1,40% nas linhas financeiras e 1,17% nos demais ramos;** **• Em relação a recuperação dos sinistros pagos junto aos resseguradores, o estudo da Seguradora considera os últimos 9 anos de operação.** A Seguradora entende de que não há necessidade de constituição de provisão de recuperação, uma vez que o estudo demonstra que vem recuperando os sinistros pagos no decorrer desses últimos anos, sem indicação de default e sim com alguma morosidade no recebimento em função do processo de prestação de contas junto aos resseguradores. **• Dos valores a receber de ressarcimentos com base no Contrato de Conta Garantia (CGG) e nas expectativas de recebimento acordadas com o tomador, considerando fatores como recuperação judicial ou falência, foram identificadas contrapartes que, após a contabilização do ressarcimento e durante o processo judicial, entraram em recuperação judicial.** Esse fator resultou na contabilização de uma Redução ao Valor Recuperável-RVR no montante de R\$ 6.668 (R\$ 358 líquido de Resseguro). **Ativos não financeiros:** Ativos não financeiros são avaliados para *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja total ou parcialmente recuperável. Uma perda para *impairment* é reconhecida no resultado do exercício pela diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável. O valor recuperável é definido como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos respectivos custos de venda). Para fins de testes de *impairment*, os ativos não financeiros são agrupados por categoria. A Seguradora não identificou necessidade de constituição de *impairment* para os ativos supracitados. **3.5 Ativos e passivos originados de contratos de resseguro:** Os ativos e passivos decorrentes dos contratos de resseguros são apresen-

tados de forma separada, segregando os direitos e obrigações entre as partes, uma vez que a existência dos referidos contratos não exime a Seguradora de honrar suas obrigações perante os segurados. Os ativos de resseguro compreendem (i) os prêmios de resseguros diferidos das apólices emitidas de contratos proporcionais firmados para cessão de riscos, cujo exercício de cobertura dos riscos ainda não expirou e cujo reconhecimento dar-se-á inicialmente pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foi contratado; (ii) os prêmios de resseguros diferidos de contratos proporcionais "risk attaching" firmados para proteção das carteiras de seguro Rural e Riscos Financeiros, cujo reconhecimento dar-se-á pelo valor contratual e ajustar-se-á conforme o exercício de exposição do risco que foram aceitos pela NEWE; (iii) as parcelas correspondentes das indenizações pagas aos segurados ou pendentes de liquidação, que são recuperadas junto aos resseguradores e (iv) as comissões sobre os repasses de prêmios conforme os contratos firmados de cessão de riscos. **3.6 Provisões Técnicas:** As provisões técnicas são constituídas e calculadas em consonância com as determinações e os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados-CNSP e pela Superintendência de Seguros Privados-SUSEP. **Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG)**-é constituída pela parcela do prêmio comercial, calculada pelo método "pro-rata-die" tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco segurado. **Provisão de Prêmios Não Ganhos para Riscos Vigentes Não Emitidos (PPNG-RVNE)**-é constituída com a finalidade de estimar a parcela de prêmios não ganhos referentes aos riscos vigentes, mas ainda não emitidos. É calculada por estimativa baseada no prêmio RVNE e fatores de emissão em atraso considerando os riscos ainda vigentes. **Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL)**-é constituída de acordo com a melhor estimativa de indenização com base nas notificações de sinistros recebidas até a data do balanço patrimonial, conforme percentual de cobertura estabelecido em contrato. Os critérios para estimar o valor a ser constituído como reserva inicial desta provisão dependem das características de cada ramo, considerados os valores reclamados. **Provisão de Sinistros a Liquidar Judicial (PSL Jud)**-é constituída para cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos de sinistros objeto de ações judiciais e os resultantes de sentença transitada em julgado. É realizada individualmente para cada caso, observando-se a situação atual do processo no Poder Judiciário e o grau de subjetividade técnica da reclamação. Com base nestes parâmetros é definido, um fator percentual de perda estimada a ser aplicado sobre o valor reclamado no processo judicial, cujo valor final sofre a incidência de juros e correção monetária, nos termos da apólice. A PSL (ADM e JUD) contempla a IBNER, a qual é constituída para ajustar de forma global a PSL, quando não é possível ajustar de forma individual cada sinistro. A provisão é estimada por ramo, baseada no histórico da seguradora e em testes de consistência

12.5 Outras contas a pagar	31/12/2024	31/12/2023
Outras contas a pagar	349	-
Subtotal	349	-

13 Débitos de operações de seguros e resseguros: Estão classificadas neste grupo as operações de prêmios cedidos em resseguro, comissões de corretagem a pagar, adiantamentos de sinistros a pagar e prêmios a restituir. Os prêmios cedidos em resseguros são oriundos de contratos de resseguros para dar proteção aos contratos de seguros com cobertura para riscos do ramo Rural e Riscos Financeiros. As comissões de corretagem a pagar são oriundas de contratos de seguros intermediados por corretoras de seguros. Os adiantamentos de sinistros a pagar são oriundos de antecipações de recuperações de sinistros que ainda não foram liquidados financeiramente pela Seguradora. Os prêmios a restituir são oriundos de restituições de prêmios decorrentes dos pedidos de cancelamentos e/ou endossos das apólices emitidas.

13.1 Composição dos prêmios cedidos em resseguro a pagar		
Grupo de ramo	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade e Patrimonial	9.665	757
Rural	42.688	44.725
Riscos Financeiros	95.192	41.337
RVNE	3.302	1.017
Total	150.847	87.836
Circulante	150.847	87.836

13.1.1 Movimentação dos prêmios cedidos em resseguro

	Prêmios cedidos em resseguro
Saldo em 31/12/2023	52.720
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	71.595
Pagamentos	(36.258)
RVNE	(222)
Saldo em 31/12/2024	87.836
Emissões (líquidas dos custos de aquisição)	87.474
Pagamentos	(26.748)
RVNE	2.285
Saldo em 31/12/2025	150.847

Grupo de ramo	31/12/2025	31/12/2024
Responsabilidade e Patrimonial	1.267	302
Rural	119	1.913
Riscos Financeiros	17.236	6.182
Total	18.622	8.397
Circulante	18.622	8.397

13.3 Prêmios a restituir	10.022	8.397
Grupo de ramo	31/12/2025 (a)	31/12/2024
Rural	-	1.742
Responsabilidade e Patrimonial	-	646
Riscos Financeiros	-	166
Total	-	2.553
Circulante	-	2.553

(a) Em conformidade com os Ofícios Circulares Eletrônicos nº 1/2025 e nº 2/2025 da SUSEP, a NEWE passou a contabilizar os valores de prêmios a restituir na Provisão de Valores a Regularizar (PVR), classificada no grupo de outras provisões técnicas, substituindo a prática anterior. Para ver os saldos de Prêmios a Restituir do ano de 2025, vide nota explicativa 14.2.

Grupo de ramo 31/12/2025 31/12/2024

Rural	-	-
Responsabilidade e Patrimonial	859	-
Riscos Financeiros	8.383	4.563
Total	9.242	4.563
Circulante	9.242	4.563
13.4.1 Movimentação dos prêmios cedidos em cosseguro		
Saldo em 31/12/2023		32
Emissões		11.526

Cancelamentos	(4.947)
Recebimentos	(2.242)

Recebimentos	(2.048)
Saldo em 31/12/2024	4.563
Emissões	16.778

Emissões	16.778
Cancelamentos	(7.499)
Recebimentos	(4.601)
Saldo em 31/12/2025	9.242

Inseguro

31/12/2025				
Provisão de sinistros a pagar (PSL) (a)/(b)	Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
-	2.462	138	-	11.853
-	3.671	237	-	67.996
108.678	1.040	12.433	36.884	169.937
108.678	7.173	12.808	36.884	249.786
108.678	7.173	12.808	36.884	216.586
-	-	-	-	33.200
31/12/2024				

Provisão de Provisão de si- Provisão de Provisão de sinis-

despesas decorrentes de danos (PSL JD) (a)	despesas decorrentes de danos não ocorridos (IBNR)	despesas decorrentes de danos não ocorridos (PDR)	despesas decorrentes de danos não ocorridos mas não suficientemente avaliados (IBNER)	Total das Provisões técnicas
-	2.401	-	-	6.237
-	15.085	- 89	-	82.571
25.363	5.831	8.597	22.307	81.531
25.363	23.317	8.508	22.307	170.339
25.363	23.317	8.508	22.307	152.093
-	-	-	-	18.246

de resseguro (cashcall), em 2024 o saldo era R\$13.904. (b) Em dezembro de 2025, as mutações, que resultou na liquidação definitiva de determinados contratos de resseguro, Explicativa 26.

31/12/2025				
Provisão de sinistros ocorridos mas não	Provisão de despesas rela-	Provisão de sinistros ocorridos mas não	Provisão de prêmios a restituir	Total das Provisões

avisados (IBNR)	desesperadas (PDR)	sanccionados (IBNER)	desestimados (PVR)	provisões técnicas
3.325	184	-	(2)	17.069
3.977	250	-	82	120.829

1.551	15.679	46.105	2.982	219.955
8.853	16.113	46.105	3.062	357.853
8.853	16.113	46.105	3.062	293.034
-	-	-	-	64.819

31/12/2024

Provisão de sinistros incorridos mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas (PDR)	Provisão de sinistros incorridos mas não suficientemente avisados (IBNER)	Provisão de prêmios a restituir (PVR)	Total das Provisões técnicas
---	--	--	--	-------------------------------------

3,358	-	-	-	9,738
16,344	(92)	-	-	117,516
8,606	10,287	26,244	-	105,966
28,308	10,195	26,244	-	233,220
28,308	10,195	26,244	-	197,247

20.500	10.195	20.244	-	197.217
-	-	-	-	36.003

recuperação de resseguro (cashcall), em 2024 o saldo era R\$ 11.024. (b) Em dezembro de 2024, que resultou na liquidação definitiva de determinados contratos de resseguro, o saldo foi de R\$ 11.024.

Explicativa 26. **14.3 Movimentação das provisões técnicas**

Provisão de si-

Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (BIV)	sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (BIV)	Provisão de despesas	Provisão de prêmios	Total das provisões
--	--	----------------------	---------------------	---------------------

dos (IBNR)	(IBNR)	relacionadas a restituir	técnicas
17.527	-	8.754	208.111
-	-	-	129.566
-	-	-	(113.505)
-	-	-	67.811

-	-	-	-	67,874
-	-	-	-	(11,242)
-	-	-	-	(51,551)
-	-	-	-	(38,776)
-	-	-	-	4,338

-	10.781	-	-	-	10.781
-	-	26.244	-	-	26.244
-	-	-	10.596	-	10.596
-	-	-	(9.155)	-	(9.155)

	28.308	26.244	10.195	-	233.220
-	-	-	-	-	161.816
-	-	-	-	-	(126.754)
-	-	-	-	-	17.693
-	-	-	-	-	113.222

-	-	-	-	(18,222)
-	-	-	-	(42,830)
-	-	-	-	(38,213)
-	-	-	-	30,313
(19,455)	-	-	-	(19,455)

-	-	19.861	-	-	19.861
-	-	-	12.614	-	12.614
-	-	-	(6.696)	-	(6.696)
-	-	-	-	3.062	3.062

8.853	46.105	16.113	3.062	357.853
Provisão de sinistros	Provisão de sinistros ocorridos	Provisão de sinistros ocorridos mas não suficientes		Total das provisões

despesas com a liquidar (PSL/JUD)	despesas com a liquidar mas não avisados (IBNR)	Provisão de despesas relacionadas	despesas não suficientemente avisados (IBNR)	provisões técnicas-Resseguros
65.119	14.614	7.510	-	154.050
-	-	-	-	71.374
-	-	-	-	(71.374)

-	-	-	-	(62,469)
-	-	-	-	56,173
(9,835)	-	-	-	(9,835)
-	-	-	-	(26,248)
(31,345)	-	-	-	(31,345)

(14.794)	-	-	-	(14.794)
(2.137)	-	-	-	(2.137)
3.561	-	-	-	3.561
-	8.703	-	-	8.703

-	-	8.368	-	8.368
-	-	(7.370)	-	(7.370)
-	-	-	22.307	22.307
25.363	23.317	8.508	22.307	170.339
				89.739

-	-	-	-	89,700
-	-	-	-	(70,230)
-	-	-	-	8,183
85,488	-	-	-	85,488
-	-	-	-	1,966

(20.204)	-	-	-	(20.204)
-	-	-	-	(36.280)

Aos Acionistas e Administradores da Newe Seguros S.A. Rio de Janeiro–RJ. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Newe Seguros S.A., em 31/12/2025, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. A auditoria atuarial independente da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Newe Seguros S.A., como previsto no Pronunciamento aplicável à auditoria atuarial independente. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Newe Seguros S.A. é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados–SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial independente envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Newe Seguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial independente que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Newe Seguros S.A. em 31/12/2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Supervisionada e utilizadas em nossa auditoria atuarial independente, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Rio de Janeiro, 20/02/2026. Mário Costa - Atuário MIBA 933; FORVIS MAZARS SERVICOS ATUARIAIS LTDA, CIBA 170 - CNPJ Nº 41.921.418/0001-19.

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Os Administradores e Acionistas da **Novo Seguros S.A.** Rio de Janeiro – RJ **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Novo Seguros S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Novo Seguros S.A. em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Demonstrações financeiras do exercício anterior:** As demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31/12/2024, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria em 24/02/2025, sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras** • **O relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados a sua continuidade operacional e ao uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações, ou não tenha qualquer alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados de auditoria, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 20/02/2026. Forvis Mazars Auditores Independentes S.S. Ltda. CRC 2SP023701/O-8; Marcelo Noqueira de Andrade – Contador CRC RJ 086312/O-6.